



O GRITO DOS SEM-TERRA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: MEMÓRIAS DE UM TEMPO EM QUE LUTAR POR SEU DIREITO É UM DEFEITO QUE MATA

Alexandre Garcia Araújo
Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Brasil)
Endereço eletrônico: xando.adv@gmail.com

Cláudio Eduardo Felix dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: cefsantos8@gmail.com

2167

INTRODUÇÃO

Reforma agrária. Essa ideia, que no Brasil foi materializada em política pública constitucional (Título VII, Capítulo III da Constituição Federal de 1988), se configura como um dos temas mais espinhosos da nossa sociedade. Em um país de dimensões continentais, visceralmente agrário e com abundância de recursos naturais, a manutenção da dominação de classes perpassa necessariamente pelo controle e limitação do acesso à terra.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, os 10% (dez por cento) maiores imóveis do Brasil ocupam 73% (setenta e três por cento) da área agrícola, enquanto que os restantes 90% (noventa por cento) menores imóveis ocupam somente 27% (vinte e sete por cento) da área. (IBGE, 2019). Ao ampliarmos essa lupa identificamos que 25% de toda a terra agrícola do Brasil é ocupada apenas por 0,3% (zero ponto três por cento) do total de imóveis – são os 15.686 maiores imóveis do país. (PINTO, *et al*, 2020).

A absurda marca de 45% (quarenta e cinco por cento) da área rural de um país está sob o domínio de menos de 1% (um por cento) das propriedades, nos coloca entre os países de maior concentração fundiária do mundo. Essa realidade só pode ser entendida a partir do processo de colonização: baseado em capitânicas hereditárias e sesmarias, massacre dos povos originários indígenas, escravização e sequestro da população negra africana, e mais de quatro séculos sem nenhuma política de inclusão social e reparatória.

Essa engrenagem de dominação e desigualdades acaba produzindo em seu seio a contra a mola que resiste: quilombos, revoltas populares, luta abolicionista com anseios por reforma agrária, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e mais recentemente o MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, um dos maiores movimentos



sociais da América Latina, que tem em suas trincheiras mais de 350 mil famílias assentadas e acampadas.

Partindo desses elementos, compreende-se que praticamente todo o território brasileiro foi/é afetado de alguma forma pela questão agrária. Esse texto expõe resultados parciais de pesquisa de Tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que tem como objeto as memórias da luta por reforma agrária em Vitória da Conquista-BA.

2168

METODOLOGIA

Para desenvolver o estudo sobre as memórias da luta por reforma agrária em Vitória da Conquista utilizamos duas fontes de dados. As primeiras são as fontes documentais: livros e pesquisas acadêmicas, reportagens jornalísticas, mapas, etc. Em outro campo, estão sendo realizadas entrevistas com pessoas que atuaram em movimentos sociais, advogados, políticos e representantes dos governos que tiveram participação no processo de reforma agrária, no sentido de apreender as características das áreas de assentamentos e acampamentos no município e proceder as análises das memórias dos atores (sociais e governamentais) da luta pela terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diferentemente de outros países que realizaram ações de reforma agrária como política de estado, a realidade brasileira nos remete à luta, resistência e enfrentamentos. Neste sentido, não há como se pensar em processos individuais, mas sim de batalhas coletivas, comunitárias, que nas últimas décadas, em regra, tiveram como protagonistas algum movimento social.

Maria da Glória Gohn, caracteriza os movimentos sociais como “ações sociais coletivas, de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011). Ao refletir sobre o modo como eles incidem na realidade concreta, e sobre as peculiaridades dos movimentos sociais brasileiros surgidos durante o período de redemocratização do Brasil, José Geraldo de Sousa Junior os classifica como Sujeitos Coletivos de Direitos:

Caracterizados a partir de suas ações sociais, estes novos movimentos sociais, vistos como indicadores da emergência de novas identidades



coletivas (coletividades políticas, sujeitos coletivos), puderam elaborar um quadro de significações culturais de suas próprias experiências, ou seja, do modo como vivenciam suas relações, identificam interesses, elaboram suas identidades e afirmam direitos. A originalidade destas lutas por direitos diz respeito precisamente ao caráter coletivo do sujeito de direito, o qual não deve ser confundido com os interesses difusos de sujeitos individuais, nem com o sujeito ainda individualizado dos direitos individuais homogêneos, definidos como de origem comum (SOUSA JUNIOR, 2008).

Esses movimentos sociais de luta pela terra se espalharam pelo Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, com forte apoio dos setores progressistas da igreja católica e do movimento sindical - que voltava a ter protagonismo. A onda de ocupações em latifúndios improdutivos tomou uma proporção tão grande que até a Rede Globo de Televisão (que sempre atendeu aos interesses do *agro pop*) levou ao ar em 1996 a novela *Rei do Gado*, tratando da realidade do movimento dos sem-terra. Tais acontecimentos e a possibilidade de perda de propriedades jamais seriam aceitos de forma pacífica pela burguesia agrária e pelo Estado brasileiro, que proporcionou um dos massacres mais conhecidos no mundo, assassinando 21 pessoas em El Dourado dos Carajás, no Pará.

Foi também nesse período que o MST começou suas ações organizadas em Vitória da Conquista, com a ocupação da Fazenda Mocambo, em agosto de 1994. Mas antes disso, outras ocupações já existiam na cidade, como a fazenda Santa Marta, União e Paixão (SANTOS, 2010). Posteriormente o MST procedeu novas ocupações em Vitória da Conquista, como o Caldeirão, Mutum, Olho D'água, Cipó, e expandiu sua atuação para cidades da região, como Encruzilhada, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Iguai e outras.

Ocorre que além do MST (que historicamente é mais ligado ao Partido dos Trabalhadores), também empreendeu luta pela terra na cidade a FETAG - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia (alinhada ao PCdoB) e o MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados¹ (que tem na sua origem ex-integrantes do MST). Ademais, era muito comum existirem ocupações autônomas, que não eram vinculadas a nenhum movimento.

Esse processo protagonizado pela classe trabalhadora resultou em mais de 25 assentamentos consolidados na cidade, repartindo terras improdutivas para centenas de famílias pobres. Em decorrência da necessidade de disputar não só a terra, mas também

¹ A partir de 2015, o MTD passou por um processo de reestruturação, passando a se chamar de Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos.



os espaços de poder do Estado (diante da necessidade de políticas públicas e desenvolvimento para as áreas), observamos que esse “caldo organizativo” produziu fenômenos como a incisão nas estruturas das universidades, secretarias de educação e agricultura, e também a eleição de vereadores e deputados oriundos da luta pela terra.

Ocorre que, como a regra da história é ser escrita pelas classes dominantes, existem poucos documentos escritos sobre esse tema, o que nos leva necessariamente aos estudos da memória. Essas memórias serão evocadas através da história oral (entrevistas), mas também por meio dos chamados lugares de memória (NORA, 1993), como os monumentos, símbolos, datas marcantes, nomes dos assentamentos, etc.

Tal busca não se dará sem conflitos, pois “se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992).

CONCLUSÕES

A partir do que foi levantado, constata-se a luta por reforma agrária se constitui como um importante elemento da construção social, econômica e política de Vitória da Conquista. Compreender melhor este fenômeno e sistematizar essas experiências subterrâneas, se mostra como um exercício investigativo necessário para jogar luz sobre a epistemologia de luta da classe trabalhadora conquistense – em uma cidade que carrega em seu nome um massacre indígena perpetrado pelos colonizadores.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária. Movimentos Sociais. Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993



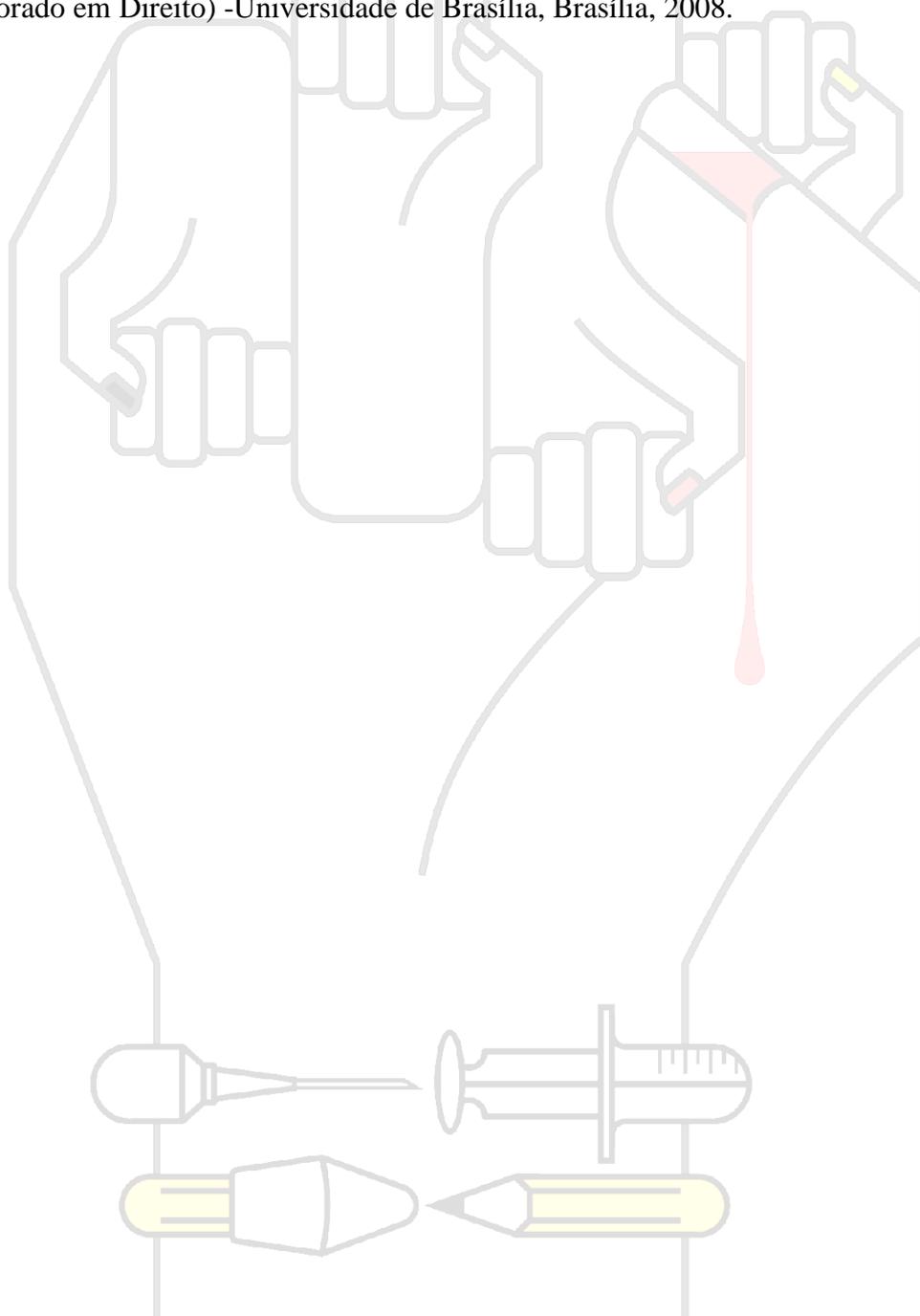
PINTO, Luís Fernando Guedes *Et al.* Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade, in **Sustentabilidade em Debate**, Número 10 - Piracicaba, SP: Imaflora, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

SANTOS, Arlete Ramos dos. **A gestão educacional do MST e a burocracia do Estado**. Dissertação de Mestrado – UFMG – 2010.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

2171



Realização:



Apoio:

